

QUARTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO

PLENÁRIO

COMISSÕES

Às 9h00, a **Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão** ouve a **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**, Ana Mendes Godinho, sobre as seguintes questões:

- Apoio ao cabaz alimentar, a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carentes (POAPMC) e as dificuldades no acesso a prestações sociais [requerimentos do [BE](#), [PSD](#), [PCP](#) e [CH](#)];
- Cortes nos apoios sociais dirigidos a crianças e jovens com deficiência, em especial o subsídio de educação especial [requerimento da [IL](#), do [BE](#) e [PSD](#)];
- A política geral do Ministério e outros assuntos de atualidade.

Às 10h30, a **Comissão de Orçamento e Finanças** recebe, em audição, o **Ministro das Finanças**, Fernando Medina, para debater a política geral do Ministério e outros assuntos de atualidade.

Às 12h00, a **Subcomissão para o Acompanhamento dos Fundos Europeus e do PRR** recebe, em audição, o **IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação**.

A **Reunião Plenária** inicia-se às 15h00 com **Declarações Políticas**, prosseguindo depois com a apreciação do [Inquérito Parlamentar n.º 2/XV/1.ª \(CH\)](#) - Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar sobre a credibilidade dos Relatórios Anuais de Segurança Interna que o Governo apresenta à Assembleia da República e do [Projeto de Resolução n.º 154/XV/1.ª \(CH\)](#) - Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para clarificar as causas de mortalidade relativas aos anos 2020 e 2021.

O último ponto da agenda é dedicado à apreciação da [Proposta de Lei n.º 28/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Proceda à reestruturação do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional.

Após o Plenário, o **Grupo de Trabalho - Alteração do Regimento da Assembleia da República** procede à audição da Direção de Tecnologias de Informação da Assembleia da República, representada por Maria Antonieta Teixeira, Diretora, Nuno França, Chefe de Divisão da DSI e Ricardo Costa Santos, Assessor Parlamentar.

QUINTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO

PLENÁRIO

COMISSÕES

Às **14h00**, o **Grupo de Trabalho - Metadados** (Projetos de Lei n.ºs [70/XV/1.ª\(PSD\)](#), [79/XV/1.ª\(CH\)](#) e [100/XV/1.ª\(PCP\)](#) e [Proposta de Lei 11/XV/1.ª](#)) ouve o Diretor da Polícia Judiciária, Luís Neves [requerimento do PS].

A **Reunião Plenária** inicia-se às **15h00**, sendo a ordem do dia, fixada pelo PSD, dedicada à apreciação do [Projeto de Resolução n.º 206/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao governo que implemente um Programa de Emergência Social como resposta à crise provocada pela inflação. Eventual votação.

17h30 - Grupo de Trabalho-Ordens Profissionais, sobre as iniciativas em apreciação no Grupo de Trabalho, ouve as seguintes entidades:

- Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP);
- Ordem dos Advogados, Ordem dos Notários e Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução (a confirmar).

SEXTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO

PLENÁRIO

COMISSÕES

9h00 - Grupo de Trabalho-Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) sobre as iniciativas em apreciação no Grupo de Trabalho (a confirmar).

A **Reunião Plenária** inicia-se às **10h00** com o debate da [Proposta de Lei n.º 33/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Determina o coeficiente de atualização de rendas para 2023, cria um apoio extraordinário ao arrendamento, reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e estabelece um regime transitório de atualização das pensões.

De seguida são apreciadas duas Propostas de Resolução apresentadas pelo Governo (n.ºs [2/XV/1.ª](#) e [3/XV/1.ª](#)) para ratificação, do Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte, sobre a adesão, respetivamente, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.

A reunião prossegue com o debate do [Projeto de Lei n.º 199/XV/1.ª \(IL\)](#) - Desburocratiza a entrega da declaração mensal de remunerações à Autoridade Tributária e à Segurança Social; seguido da apreciação do [Projeto de Lei n.º 30/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde e, depois, do [Projeto de Lei n.º 107/XV/1.ª \(BE\)](#) - Garante o direito à habitação, protegendo o uso das frações para fins habitacionais.

Votações.

CONSULTE AQUI A AGENDA PARLAMENTAR

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

CANAL PARLAMENTO

